

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E A EXPLICAÇÃO DO SENTIDO DO DISCURSO

Cristiane Dall' Cortivo LEBLER*

Karen SANTORUM**

- RESUMO: Os estudos acerca da Semântica enquanto disciplina têm seu marco na publicação, por Michel Bréal, artigo *Les lois intellectuelles du langage: fragmente de sémantique*, em 1883. Desde então, muitos teóricos têm elaborado suas pesquisas com vistas ao desenvolvimento de uma semântica cujas abordagens explorem diferentes facetas do sentido da linguagem. Uma dessas pesquisas é a Semântica Linguística, ou Semântica Argumentativa, cujo princípio que a norteia é o de que a argumentação, ou o sentido, está inscrita na língua. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama sobre os fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores. Para isso, foram revisitadas as principais obras do semanticista com vistas a oferecer uma releitura dos conceitos defendidos pelo autor, bem como a desenvolver a concepção de linguagem a partir da qual a ANL investiga o sentido. Destarte, este artigo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica cujo objetivo reside em apresentar uma introdução à Teoria da Argumentação na Língua.
- PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Argumentação na Língua. Introdução.

Introdução

A denominação *Semântica* para o campo dos estudos da linguagem que toma o sentido por objeto de estudo surgiu apenas em 1883, com a publicação, por Michel Bréal, do artigo *Les lois intellectuelles du langage: fragmente de sémantique*. Mais tarde, em uma versão mais desenvolvida, Bréal publica seu *Ensaio de Semântica*, orientado pela ideia de que a linguagem encontra lugar no homem e seu estudo, conseqüentemente, deveria integrar as ciências históricas.

Rodolfo Ilari e João Wanderley Geraldi, em sua obra *Semântica* (2006), apontam que, apesar da designação “ciência” para os estudos semânticos, ainda existem várias dificuldades em se estabelecer limites e definições relativamente a esse campo: “a

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Ciências da Educação, Florianópolis - SC - Brasil. cristiane.lebler@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3389-1850

** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Santa Maria - RS - Brasil. karensantorum13@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6001-519X

semântica é um domínio de investigações de limites moveáveis.” (ILARI, GERALDI, 2006, p. 06). Essas dificuldades se mostram não só em relação à definição de conceitos, que colocam pesquisadores da área em um movimento circular (por exemplo, a própria definição de “Semântica” como o estudo da significação, e, por sua vez, a delimitação do que é “significação”), mas também às inúmeras abordagens teóricas que tomam o estudo da significação como objeto de pesquisa.¹

Essa dificuldade apontada por Ilari e Galdi (2006) não passou despercebida por Bréal (1992, p. 19) que, na introdução que redigiu à própria obra, relata a dificuldade de tratar das questões referentes à significação: “Este livro, iniciado e interrompido muitas vezes, e do qual [...] fiz publicar algumas partes, em diversas retomadas, decido hoje liberá-lo ao público. Quantas vezes, desanimado pelas dificuldades de meu assunto, eu me prometi não mais retornar a ele!”

Irène Tamba (2006) comenta que a delimitação tardia de um campo investigativo relativamente às significações deve-se à dificuldade em distinguir o sentido tal como ele é percebido comumente, no uso cotidiano da linguagem, e como objeto de estudo. A autora afirma, ainda, que, apesar de a denominação persistir até os dias atuais, os trabalhos desenvolvidos por linguistas na contemporaneidade pouco têm a ver com aquela ciência das significações descrita e proposta por Bréal. Parte da explicação para essa evidência fundamenta-se no fato de que os pressupostos que orientam os estudos da linguagem mudaram com o passar do tempo, o que acabou fornecendo novas hipóteses para determinados fenômenos linguísticos tomados para análise. Tal fato se verifica no percurso histórico traçado pela autora, que divide os estudos semânticos em quatro grandes períodos: a) o período da linguística comparada, no qual predominava uma semântica histórica e lexical; b) o período estrutural, caracterizado por uma semântica lexical, porém sincrônica; c) o período das gramáticas formais, no qual se desenvolveu uma semântica orientada pela frase e pelo discurso; e d) o período das ciências cognitivas, em que o estudo do sentido aparece relacionado com a dimensão cognitiva da linguagem (TAMBA, 2006, p. 13).

O terceiro período de desenvolvimento dos estudos acerca do sentido deu lugar não apenas ao surgimento de uma semântica ligada à *Gramática Gerativo-Transformacional*, desenvolvida por Chomsky (1957), mas também a outros teóricos que buscaram relacionar a semântica a questões lógicas da linguagem. Juntamente com a *Teoria dos Atos de Fala*, desenvolvida inicialmente por John Austin (1962) e, posteriormente, por John Searle (1969, 1979), surgiram, ainda nesse período, segundo o rótulo *Teorias pragmático-enunciativas do sentido*, a *Teoria da Enunciação*, desenvolvida por Émile Benveniste (1989, 2005), e a *Semântica Argumentativa*, objeto de estudo destas páginas, desenvolvida inicialmente por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1983) e, mais recentemente, por Carel e Ducrot (2005), Ducrot e Carel (2008) e Ducrot (2016).

¹ No Brasil, foi publicada, pela Editora Contexto, em 2013, a obra *Semântica, Semânticas*, organizada por Celso Ferrarezi Junior e Renato Basso, com o objetivo de apresentar um panorama das diferentes “semânticas” desenvolvidas por linguistas brasileiros. A obra mostra não apenas a diversidade de abordagens teóricas mas também a riqueza das pesquisas produzidas.

A Semântica Argumentativa, no princípio, era descrita também como uma *Semântica Pragmática* (DUCROT, 1987a), já que via o uso da língua como a expressão de atos de fala, aspecto herdado de sua filiação inicial à Filosofia da Linguagem. Com o passar do tempo, conceitos previamente integrados à teoria foram reformulados (como a polifonia, por exemplo), excluídos (como os *topoi*, que faziam parte da segunda fase da teoria), ou acrescentados (como a noção de *bloco semântico*, um dos conceitos que caracterizam uma das versões mais atuais).

Apesar das diversas reformulações, alguns conceitos mantêm-se até os dias de hoje e orientam o desenvolvimento das pesquisas em Semântica Linguística. Em vista disso, buscamos, neste trabalho, realizar uma discussão acerca dos postulados basilares da Teoria da Argumentação na Língua, em especial, de suas hipóteses internas, ou seja, dos conceitos elaborados pelos autores para cumprir com a proposta de criação de uma teoria que fosse capaz de explicar como o sentido se constrói no uso da língua e como os enunciados são interpretados pelos falantes dessa língua.

Essa discussão se justifica por diferentes motivos. O primeiro deles diz respeito à apresentação de um trabalho que possa ser tomado como introdutório aos estudos da Semântica Argumentativa, sobretudo àqueles pesquisadores que buscam uma primeira aproximação com esse construto teórico. Em segundo lugar, consideramos este trabalho pertinente em razão do difícil acesso a algumas obras publicadas pelo autor, pelo fato de ou não terem sido traduzidas ou de não circularem no Brasil (como, por exemplo, as obras *Les mots du discours* e *Les échelles argumentatives*, publicadas em 1980, a obra considerada fundadora da Teoria da Argumentação na Língua – *La argumentacion en la lengua*, publicada originalmente em 1983 em coautoria com Jean-Claude Anscombe, e a coletânea de conferências ministradas na Colômbia, em 1988, denominada *Polifonia Y argumentación*) ou que já tenham suas edições esgotadas (tal é o caso, por exemplo, da obra *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer* (1977)). Para além de um texto de revisão, este artigo encontra sua originalidade no recorte teórico que propõe, face à vasta bibliografia do autor, na apresentação de conceitos e dos fundamentos epistemológicos, na proposição de um percurso de estudos que os interprete em um contexto de elaboração teórica que ultrapassa três décadas, e na análise singular que oferece aos seus leitores.

Para realizar nosso objetivo, partimos da leitura de diversos textos nos quais Oswald Ducrot e seus colaboradores descrevem e explicam o modo como a Teoria da Argumentação na Língua foi concebida. Neste trabalho, inicialmente, apresentamos o método de simulação segundo o qual a ANL foi idealizada. Em seguida, abordamos as principais hipóteses internas da teoria. Por fim, apresentamos as considerações finais.

O método de simulação

Para Ducrot (1980, 1987a), toda a atividade científica, desde Descartes até os dias atuais, é comandada por um modo de concepção chamado *método de simulação*, que

leva em consideração a reprodução, de maneira artificial, dos fatos que são objeto de análise. O método de simulação consiste em organizar a pesquisa científica em duas etapas que devem se suceder: uma etapa empírica e uma etapa reprodutora dos fenômenos escolhidos para estudo.

Na primeira das duas etapas, são observados e isolados pelo pesquisador os fenômenos que se pretende analisar e que se produzem na natureza de modo espontâneo. Já a segunda etapa consiste na construção – ou idealização – de uma máquina capaz de reproduzir os fatos de modo análogo ao qual acontecem livremente na natureza. Para o autor, essa imitação do real tem por objetivo oferecer ao pesquisador as hipóteses que explicariam o processo através do qual os fatos são produzidos.

Ducrot (1980) descreve tal mecanismo de modo detalhado. Para o autor, os fatos F , produzidos de modo espontâneo por um mecanismo natural M , devem ser identicamente reproduzidos por um mecanismo artificial M' , do qual resultam fatos F' . O modelo teórico M' é definido por Ducrot (1980, p. 20, tradução nossa) como “um corpo de hipóteses expressas por uma linguagem artificial”². M' será considerado eficaz caso tenha sido capaz de simular F' de modo análogo ao qual o mecanismo natural M produz F . Além disso, o mecanismo M' deverá ser capaz de reproduzir outros fenômenos de mesma natureza de F , como A, B, C , resultando em A', B', C' . Em se tratando da Semântica Argumentativa, os fatos A, B, C são discursos dotados de sentido e produzidos em determinada situação discursiva, que recebem do linguista certa interpretação. Para o autor, “explicar esses fatos é procurar qual é o mecanismo M responsável por essa interpretação, considerada, do ponto de vista linguístico, como parte do dado”³ (DUCROT, 1980, p. 20, tradução nossa).

O mecanismo acima descrito, a partir do qual a Semântica Argumentativa foi concebida, entretanto, não é desenvolvido de modo fortuito. Ele tem sua criação orientada por dois tipos de hipóteses, que cabe distinguir: as *hipóteses externas* e as *hipóteses internas*. As primeiras hipóteses são relativas à fase de observação e implicam que, desde as primeiras etapas da pesquisa, os fatos observados já tenham sido submetidos a determinados conceitos, extraindo dos fenômenos analisados apenas aquilo que pode ser considerado como pertinente. No caso da Semântica Argumentativa, a hipótese externa, ou seja, aquilo que é tomado como objeto de observação, é formulada nos seguintes termos: “a maneira pela qual os enunciados [frases] são interpretadas nas situações particulares em que são empregadas” (DUCROT, 1987a, p. 52, grifo do autor). A formulação dessa hipótese externa, como o próprio autor afirma, é orientada, especialmente, por pressupostos teóricos presentes no *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, além de ideias presentes em outros autores, como Émile Benveniste e John Austin (DALL CORTIVO-LEBLER, 2014).

² Original: “un ensemble d'hypothèses exprimées par un langage artificiel” (DUCROT, 1980, p. 20).

³ Original: “Expliquer ces faits, c'est chercher quel est le mécanisme M responsable de cette interprétation, interprétation considérée, du point de vue linguistique, comme partie du donné.” (DUCROT, 1980, p. 20).

Para situar o modo como a Semântica Argumentativa recorta seu objeto, partimos de um artigo de Benveniste, denominado *O aparelho formal da enunciação* (1989), no qual o autor apresenta três maneiras de se estudar o grande fenômeno da enunciação. O primeiro deles diz respeito à realização vocal da língua, mais precisamente, aos sons. O segundo versa sobre a conversão da língua em discurso, cuja análise centra-se em definir como o sentido se forma a partir das palavras, o que conduz à teoria do signo e à análise da significância, colocando em jogo a semantização da língua. O terceiro aspecto apontado por ele é a enunciação no quadro formal da sua realização. O objeto de estudo tomado por Benveniste é o terceiro aspecto apontado, sendo o segundo aquele que atribuímos à Teoria da Argumentação na Língua (ANL), uma vez que esta estuda a semantização da língua sem destacá-la do quadro enunciativo no qual aparece. Diferentemente de Émile Benveniste, que toma como objeto de estudo o processo – a enunciação –, Oswald Ducrot elege como objeto o enunciado, produto da enunciação, que carrega consigo as marcas de sua produção – o sentido do enunciado reflete, espelha a sua enunciação (DUCROT, 1987). É isso que discutiremos na explanação a seguir.

As hipóteses internas da Teoria da Argumentação na Língua

Para cumprir com o objetivo de estudar as relações entre língua e discurso, a criação das hipóteses internas na ANL tem por finalidade explicar a relação entre três elementos: a realidade física de um enunciado (a fala ou a escrita), seu valor semântico (seu sentido) e sua situação de emprego (a enunciação). As *hipóteses internas* (HI), definidas como aquelas que comandam a criação do mecanismo que simula os fatos que se pretende estudar, partem da materialidade linguística do enunciado, este encarado como a realização das frases da língua, construto teórico, integrando a) a alteridade, b) os preceitos teóricos de Saussure e c) as teorias enunciativas. A união entre construto teórico e dado será, conforme veremos em detalhe, pela introdução de aspectos relativos à enunciação no construto teórico *língua*.

Para Ducrot (1980, 1987a), as HI estão distribuídas em quatro grandes grupos. O primeiro deles comporta as hipóteses internas que fazem referência ao modo pelo qual o linguista concebe suas frases – conjunto de abstrações que forma a língua – bem como a correspondência entre determinada frase e determinado enunciado. O segundo grupo de hipóteses internas diz respeito aos aspectos enunciativos da teoria, que especificam a maneira pela qual as representações situacionais agem sobre as significações das frases para produzir determinados valores semânticos no nível do enunciado. O terceiro grupo propõe que o sentido dos enunciados seja decorrente da combinação sintagmática dos termos que o compõem e não meramente da soma de suas significações. Por fim, o quarto grupo de hipóteses internas postula que, para cada palavra da língua estudada, deve ser construída uma descrição da sua significação. Vejamos em detalhe cada uma dessas hipóteses.

No primeiro conjunto de hipóteses internas, segundo o qual *a língua é formada por um conjunto de frases*, encontramos os elementos subjacentes ao enunciado em estado teórico, ou seja, as frases. Para os autores da teoria, a língua é constituída por um número finito de *frases*, isto é, por uma série de palavras combinadas segundo regras de sintaxe e tomadas fora da situação discursiva. Elas são construções do linguista para explicar a infinidade de enunciados e seu sentido, construção essa que é resultado de uma abstração com base na observação de um grande número de suas ocorrências. Em oposição ao construto teórico, Ducrot (1980, 1987a e 1998) define seu observável como um conjunto de enunciados, que são as realizações da frase. Eles consistem na transformação da língua em discurso por meio da ação enunciativa de um sujeito de fala, um locutor. Por isso, cada enunciado contém alusão à sua enunciação, que deixa nele as marcas de *pessoa, tempo e espaço*, que o tornam uma ocorrência irrepitível de determinada frase. Para o autor, o valor semântico de uma frase é dado pela sua *significação*, conceito que visa a explicar as ocorrências dos enunciados, composta por *instruções* ou diretrizes que indicam qual trabalho deve ser realizado pelo interpretante do enunciado para se chegar ao seu valor semântico – ao seu sentido.

A significação de um enunciado é para mim um objeto teórico: o que justifica recorrer a ela é seu valor explicativo, o fato de que ela torna possível uma certa regularidade, uma certa sistematicidade, na previsão do sentido das enunciações [enunciados]. (DUCROT, 1992, p. 228).

“significação”, ou ainda “sentido literal”, [...] não poderia ser confundido com o “objeto real”. Trata-se exatamente de um “objeto de conhecimento”, ou “objeto teórico.” (DUCROT, 1992, p. 233).

Ducrot (1987a) alerta que a passagem das frases para os enunciados não se caracteriza como uma soma entre a significação mais alguns elementos da situação que lhe seriam acrescentados. Para ele, trata-se, de fato, de uma transformação da língua em discurso, algo muito mais complexo que a adição de um componente retórico ao componente linguístico. Por isso, explica que existe uma diferença crucial de *natureza* e de *quantidade* entre enunciado e frase.

A diferença quantitativa existe pois o enunciado diz muito mais do que a frase. Imaginemos que Paulo, ao encontrar seu colega Pedro, enuncia (1) *Acabo de reunir-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer*. Nesse enunciado, o objeto da enunciação de Paulo a Pedro é o encontro com seu orientador, que se deu em momento imediatamente anterior ao momento da enunciação. Agora, imaginemos que Paulo encontra sua namorada no dia seguinte e lhe diz (2) *Ontem encontrei-me com meu orientador, tenho muito trabalho a fazer*. O objeto da enunciação continua sendo o encontro que Paulo teve com seu orientador, no entanto, a enunciação ocorreu em outro tempo e teve outro alocutário. Do ponto de vista da língua, o objeto da enunciação de Paulo constitui-se apenas de uma frase, no entanto, do ponto de vista do uso da língua,

temos dois enunciados diferentes. Isso porque o sentido do enunciado é a representação da sua enunciação, que, por sua vez, contém os indicadores de pessoa, tempo e espaço, ou seja, o enunciado está sobredeterminado em relação à frase, pois ele contém a enunciação (DUCROT, 1990).

Já a diferença de natureza se dá entre os componentes *sentido e significação*. À frase está associada uma *significação*, formada por *instruções* que oferecem indicações de como interpretar o enunciado que a realiza. Por outro lado, o *enunciado* apresenta um *sentido*, que é o seu valor semântico. Assim, a significação da frase, aberta, constitui uma espécie de modo de emprego, que dá indicações de como o sentido do enunciado deve ser compreendido. Esse é um dos motivos que fazem com que a ANL rejeite a noção de sentido literal: se esse fosse considerado como parte da significação, o sentido dos enunciados que realizam determinada frase apresentaria um traço comum ao qual se acrescentaria alguma característica referente à situação de emprego. Para a ANL, a significação é bem outra coisa, deve explicar e não descrever o sentido do enunciado.

A *instrução*, componente da significação, indica o trabalho que deve ser feito para a compreensão do enunciado, que deve levar em conta o ponto de vista que o *locutor*, ser de fala que produziu o enunciado, desejou exprimir. Dessa forma, inscrevem-se na própria língua indicações sobre a atividade de fala, o que introduz a fala na língua e a enunciação na frase (DUCROT, 1987b).

Essa formulação faz sentido na medida em que a descrição do sistema linguístico é deduzida do uso da língua, da observação do comportamento de infinitos enunciados, e de que a língua é a estrutura que possibilita sua execução. Nesse sentido, a significação da frase deve ser explicativa e não descritiva, uma vez que ela deve fornecer as indicações àqueles que interpretam um enunciado, dada a situação de discurso, para a busca do sentido preciso visado pelo locutor, o que implica que o sentido seja diferente conforme a situação de discurso.

Chegar à instrução de uma frase ou de uma palavra significa, portanto, observar seu comportamento em inúmeros enunciados. A partir dessa observação, constrói-se uma regra aberta, que sempre e unicamente fará alusão ao emprego da língua. A instrução é a ponte que une o sistema linguístico e a fala.

[...] a pesquisa estrutural em semântica linguística [...] consistiria em tomar como domínio de estudos, como campo empírico, o conjunto de enunciados [frases]⁴ de uma língua e definir cada um deles, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações de co-ocorrência com outros nos discursos reais de que essa língua é o meio. A significação de um enunciado [frase], aos olhos da linguística, consistiria, então,

⁴ Ao longo do desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua, alguns conceitos passaram por mudanças, especialmente em relação à sua denominação. Um deles é o conceito de frase, que na data em que o artigo do qual tiramos essa citação foi escrito, Ducrot (1987a), em muitas passagens, a tomava por sinônimo de enunciado. No entanto, fazemos a correção entre colchetes para nos mantermos fiéis ao texto original sem que haja prejuízo conceitual para nosso trabalho.

numa espécie de representação condensada das associações de que ele é suscetível no uso. (DUCROT, 1987b, p. 69).

Além da concepção instrucional da significação, aspectos enunciativos também excluem da significação das frases o sentido literal, pois a subjetivação do locutor, ao produzir linguagem, é determinante para a construção do sentido. Dessa forma, não há uma pré-definição de sentido, esse dependerá da situação de emprego e do que pretende expressar o locutor.

Ducrot (1990) não integra em suas pesquisas semânticas descrições nas quais a linguagem seja vista como um meio de transmitir informações sobre a realidade, sendo essas informações passíveis de avaliações em termos de verdade e falsidade. No entendimento da concepção veritativa da linguagem, à qual o autor se opõe, o sentido das palavras estaria constituído pela capacidade que essas teriam de veicular uma informação acerca daquilo de que se fala, fazendo predominar o caráter objetivo, que lhe confere a propriedade de descrever os fatos tais como se apresentam.

A informatividade como uma característica da linguagem está presente nas teorias que concebem a língua como um espelho da realidade, concepção contestada por muitos teóricos – e especialmente por Ducrot (1990) – pelo fato de desconsiderar que entre a realidade e a língua existe um locutor. A fim de rebater as noções de objetividade e informatividade, supostamente presentes na linguagem, Ducrot (1990) recorre à análise intralinguística, orientação dada pela filiação de sua teoria aos estudos saussurianos da linguagem, conforme o próprio autor afirma: “[...] atribuindo à ordem linguística um caráter irreduzível, proibindo-a de fundar-se num outro nível de realidade, Saussure estabelece, a um só tempo, a legitimidade e a necessidade de procurar nela própria o princípio da sua racionalidade [...]” (DUCROT, 1987b, p. 68).

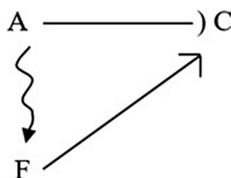
Nesse tipo de análise, o estudo dos elementos linguísticos se dá apenas com base nos enunciados efetivamente produzidos, estando excluído o contexto externo que motivou sua produção, sendo que a pesquisa contextual, quando necessária, continua sendo orientada por marcas linguísticas presentes no enunciado. Para o autor, a noção de verdade ou falsidade que os enunciados aparentam ter pode ser explicada pelo fato de que o locutor colocou em seu enunciado diferentes enunciadores e os assimilou a esta ou àquela pessoa: “[...] o que os linguistas chamam realidade é simplesmente aquilo que, segundo eles, é objeto de outras ciências sobre as quais se descarrega a obrigação de provar [...]” (DUCROT, 2004, p. 370, tradução nossa)⁵. Isso significa que, segundo o ponto de vista do autor, à linguagem não pode ser dada a incumbência de provar algo sobre a realidade devido à diferença de natureza entre ambos os domínios: da linguagem emana a subjetividade, enquanto que a descrição da realidade reivindica a objetividade.

Considerando a língua como uma forma de construir discursos e não como um meio de dar informações acerca da realidade, o linguista pretende opor-se, ainda, à

⁵ Original: “Lo que los lingüistas llaman ‘realidad’ es simplemente aquello que, según ellos, es el objeto de otras ciencias sobre las que se descarga la obligación de probar” (DUCROT, 2004, p. 370).

concepção tradicional de argumentação. Tal concepção argumenta que os enunciados do discurso se encontram embasados nos fatos que veiculam, ou seja, suas estruturas linguísticas têm por função semântica a descrição factual, sendo essa função semântica meramente informativa. Na Figura 1, vejamos o esquema discutido por Ducrot (1990).

Figura 1 – Concepção tradicional de argumentação



Fonte: Ducrot (1990, p. 75)

Na figura acima, um discurso argumentativo precisa satisfazer a algumas condições, quais sejam, possuir dois segmentos, um denominado *argumento* (*A*) e outro *conclusão* (*C*). *A* deve indicar um fato *F*, que confere ao argumento *A* a possibilidade ser falso ou verdadeiro. Já a conclusão *C* pode ser inferida a partir do fato *F*. O autor argumenta que, nessa concepção argumentativa, o papel desempenhado pela linguagem é muito reduzido, visto que o laço que une *A* e *C* não tem relação alguma com a língua, apenas com o fato que veicula. Ela caracteriza-se pela exterioridade à linguagem, pois busca nos fatos do mundo a motivação para as conclusões, que, por sua vez, são suscetíveis de serem falsas ou verdadeiras. Para Ducrot (1990), essa concepção invalida o papel da linguagem, que se torna apenas um instrumento do qual os sujeitos servem-se para falar sobre o que é exterior a ela.

Essa posição adotada pelo linguista surgiu no momento em que passou a observar que alguns enunciados derivavam do mesmo fato, no entanto, apresentavam conclusões diferentes, em especial pela introdução de operadores argumentativos como *pouco* e *um pouco*. Imaginemos uma situação na qual uma pessoa encontra-se enferma e, para recuperar sua saúde, necessita alimentar-se. Nesse caso, podemos ter dois enunciados: (3) *Pedro comeu pouco* e (4) *Pedro comeu um pouco*.

No enunciado (3), a conclusão que se pode tirar é *Pedro comeu pouco, portanto não melhorará*, e, para o enunciado (4), a conclusão seria oposta, *Pedro comeu um pouco, portanto melhorará*. É importante observarmos que ambos os enunciados traduzem o mesmo fato, ou seja, *Pedro comeu uma pequena quantidade*, no entanto, o que permite que a conclusão não seja a mesma para os dois enunciados são as palavras *pouco* e *um pouco*, denominadas pelo autor de *expressões argumentativas*. Essas expressões apresentam a função de determinar quais segmentos podem ser relacionados àquele primeiro, já que, para o teórico, não há a possibilidade de segmentos de discurso expressarem sentido se não estiverem relacionados uns aos outros.

Nesse caso, o primeiro segmento do enunciado apenas tem seu sentido definido quando relacionado ao que segue, sendo o sentido delimitado pela inter-relação entre

ambos. Outros exemplos que colocam em questão a noção de relação, bem como de *orientação argumentativa*, são os que apresentamos a seguir: (3) *Pedro comeu pouco* e (5) *Pedro come pouco*. Em (3), há a expressão de uma constatação feita ao se observar a quantidade de comida ingerida por Pedro, que poderia orientar para a continuação *Pedro comeu pouco, em breve sentirá fome novamente*. Já em (5), há a expressão de um hábito, que orienta para a continuação *Pedro come pouco, ele preocupa-se com sua saúde*. A orientação argumentativa, nesse caso, é determinada pela flexão do verbo, que, juntamente com os demais segmentos, autoriza certas continuações e proíbe outras.

A orientação argumentativa de um termo, pela sua característica de apontar as possíveis relações que podem existir entre um termo e outro, coloca no paradigma das escolhas uma série de elementos que podem ser encadeados como continuações em um discurso. Assim, o valor do termo em questão, ou seu sentido, será determinado pelo cruzamento dos eixos sintagmático – das combinações – e paradigmático – das possibilidades:

Vê-se por que chamo de estruturalista tal concepção: o ato de enunciação [enunciado] é nela definido, do ponto de vista semântico, por sua relação com aquilo que está além dele, mais precisamente, por sua relação com o futuro que ele projeta: sua continuação aparecendo como constitutivo do seu ser. (DUCROT, 1992, p. 221).

Gostaria de apontar essa propriedade, característica a meu ver, de toda fala, de ser definível somente com relação a uma sequência da qual ela se pretende o começo, de modo que seu sentido é o próprio sentido no qual ela pretende orientar a situação de discurso. (DUCROT, 1992, p. 223).

A definição do sentido de um termo, ou de um enunciado, a partir das relações que estabelece com outros termos da língua, motivou Ducrot (1990) e colaboradores a recusar a proposta tradicional da argumentação, já que, para eles, o segmento *A* da figura 1, que faz referência a um fato, não pode ser suscetível de julgamento em termos de verdade ou falsidade, nem ser tomado separadamente, uma vez que as palavras não podem apresentar um sentido completo sem que as relacionemos com outras, o que, da mesma forma, ocorre com os segmentos dos enunciados. Além disso, não são somente os fatos que possuem a capacidade de argumentar em um discurso, não são apenas eles que determinam o poder argumentativo do enunciado, mas, principalmente, a forma linguística que esse fato assume. Os fatos por si só não nos dizem nada, a linguagem é que os traduz, e isso só é possível pela fala de um locutor, que expressa seu posicionamento por meio de marcas linguísticas, o que atribui à língua o poder de argumentar.

Conforme já mencionado anteriormente, a concepção tradicional de sentido sempre viu na linguagem um aspecto *objetivo*, que lhe confere a propriedade de falar do mundo exterior a ela com completa imparcialidade. Além desse aspecto, outros dois fazem parte

dessa descrição do sentido: o aspecto *subjetivo*, que diz respeito à posição que o locutor assume diante daquilo de que trata, e o aspecto *intersubjetivo*, que é constituído pela relação que o locutor mantém com o seu interlocutor, distinção essa usada especialmente pelo alemão Karl Bühler (*apud* DUCROT, 1990).

Dentre essas três indicações sobre o sentido, Ducrot (1990) recusa aquela que afirma que a linguagem tem um aspecto objetivo, pois acredita que ela não dá acesso à realidade de forma direta, mas que a realidade consiste apenas em um tema para debate entre dois indivíduos (DUCROT, 1990). O autor acredita, ainda, que apenas os aspectos *subjetivo e intersubjetivo* são constitutivos do sentido e considera que, juntos, eles formam o *valor argumentativo*. O valor argumentativo é constituído pelo conjunto das possibilidades de continuação que se pode dar a um discurso e é considerado como o nível fundamental de descrição do sentido, sendo por meio dele que se explica a ilusão de que as palavras possuem um valor factual real (DUCROT, 1990).

Nunca há valores informativos no nível da frase. Não apenas não há frases puramente informativas, mas sequer há, na significação das frases, componente informativo, o que não significa que não há usos informativos das frases. [...] Tais usos (pseudo) informativos são derivados de um componente mais ‘profundo’ puramente argumentativo. (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 214, tradução nossa)⁶.

Os conceitos de *orientação argumentativa* e *valor argumentativo* parecem muito próximos, no entanto, sua diferença reside na enunciação. O primeiro diz respeito às possibilidades de encadeamento de um segmento com outro, já o segundo leva em conta a subjetivação do locutor e o apelo que este faz ao seu interlocutor. O valor argumentativo estaria próximo do sentido, pois ele contém a enunciação, enquanto a orientação argumentativa estaria próxima da significação, pois ela contém, de certa maneira, indicações de natureza linguística.

O segundo grupo de hipóteses internas incorpora a ideia de que a *enunciação é o acontecimento histórico responsável pelo surgimento do enunciado*. Para Ducrot (1980, 1987a), a enunciação tem três acepções: a primeira delas caracteriza-se por ser a atividade psico-fisiológica envolvida na produção do enunciado. A segunda, o produto da atividade do sujeito falante, que é o próprio enunciado. A terceira, e a considerada pelo autor como adequada à descrição semântica que pretende realizar, é definida como o acontecimento histórico que constitui o aparecimento do enunciado. Sendo assim, a enunciação é um acontecimento que culmina no surgimento do enunciado, ou seja, há um momento em que o enunciado ainda não existe e outro em que ele não existe mais. Esse intervalo de tempo é a enunciação.

⁶ Original: “Nunca hay valores informativos en el nivel de la frase. No solo no hay frases puramente informativas, sino que ni siquiera hay, en la significación de las frases, componente informativo, lo que no significa que no hay usos informativos de las frases. [...] tales usos (pseudos)informativos son derivados de un componente más ‘profundo’ puramente argumentativo.” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 214).

Outro motivo que insere a ANL no quadro enunciativo é o fato de considerar que toda e qualquer manifestação linguística é produto da atividade de fala de um locutor, que, por sua vez, dirige-se a um alocutário. Essas figuras são essenciais na ANL, pois, além de não haver a possibilidade de língua em uso sem a presença desses elementos, o sentido construído pelo uso da língua é fruto da posição adotada pelo locutor sobre aquilo de que fala.

Assim, embora o objeto de análise não seja a enunciação em si, mas o seu produto, Ducrot considera inseparáveis *enunciação* e *enunciado*, pois “[...] o sentido do enunciado é uma descrição, uma representação que ele traz da sua enunciação, uma imagem do evento histórico constituído pela aparição do enunciado [...]” (DUCROT, 1980, p. 34, tradução nossa)⁷. Todo enunciado deve fazer alusão à sua enunciação, pois esta é determinante na explicação do sentido construído pelo locutor.

A observação do enunciado sem a consideração de uma situação de fala o torna idêntico a todos os outros; é preciso fazer menção ao ato que produziu o enunciado em diferentes pontos do tempo e do espaço. Portanto, considerar o enunciado como o espelho de sua própria enunciação é, antes de tudo, admitir que ele se apresenta como produzido por um locutor que endereça sua enunciação a um interlocutor.

Na explicação do sentido dos enunciados por meio da construção de regras, ou generalidades que contêm as indicações do sentido a ser buscado, inevitavelmente deve haver indicações relativas à atividade de fala. Muitos enunciados correm o risco de não receber uma descrição satisfatória caso não seja feita uma alusão ao fato de serem usados com determinado objetivo: o de argumentar por meio da sua enunciação. Assim, reafirma-se que o enunciado deve ter suas propriedades definidas sem qualquer alusão a elementos de ordem social, histórica ou psicológica, mas sim deve ser considerado em relação ao ato de ser empregado. Portanto, não há a possibilidade de realizar uma descrição da língua sem fazer alusão à atividade de fala, pois a língua em si contém elementos que remetem a seu uso e essas duas instâncias não podem ser tomadas como independentes.

O terceiro grupo de HIs versa sobre os princípios combinatórios segundo os quais as significações das palavras se fundem para dar significação às frases, ou seja, – *o sentido no enunciado é fruto da combinação lexical*. O que o autor aponta é que o cálculo do sentido deve tomar segmentos mais vastos que uma palavra, e que, em vez de considerar as palavras em relação umas às outras, as considera em relação a discursos, o que torna o seu trabalho um estruturalismo do discurso (MOURA, 1998). A citação das palavras de Ducrot tornam mais claro o significado desse grupo de HIs:

A palavra, concebida como entidade linguística abstrata, só colabora no sentido do enunciado de uma maneira indireta: ela começa a se combinar com as outras palavras para constituir a significação da frase, e é esta que,

⁷ Original: «Le sens de l'énoncé, c'est, pour moi, une description, une représentation qu'il apporte de son énonciation, une image de l'événement historique constitué par l'apparition de l'énoncé.» (DUCROT, 1980, p. 34).

visto a situação de discurso, produz o sentido do enunciado. (DUCROT, 1980, p. 09, tradução nossa)⁸

Nesse grupo de hipóteses internas, a palavra-chave é relação. É por meio da relação entre os segmentos de um enunciado que o seu valor, ou seja, seu sentido, é definido. Nesse caso, assim como para o signo de Saussure, não existe uma definição de sentido (ou uma definição do que é signo) sem que antes seja determinado que tipo de relação os termos têm entre si. De acordo com Ducrot (2009, p. 11), “[...] uma entidade linguística (um enunciado, por exemplo) não poderá definir-se independentemente de seu emprego num diálogo. [...] O enunciado se definirá então pelas possibilidades de resposta que abre e por aquelas que fecha.”

Por último, o quarto grupo de hipóteses internas é responsável por propor para *cada palavra da língua estudada uma descrição da sua significação*.⁹ Em relação a isso, Ducrot dedica o estudo de algumas palavras como *mais*, *décidément*, *eh bien!*, *d’ailleurs* em seu livro *Les mots du discours* (1980), às quais denomina *operadores*. Eles representam uma classe de palavras responsável por promover a articulação de enunciados e manifestam características formais. O caso *mais* recorrente é o do emprego de *P mas Q*, ao qual Ducrot dedica vários artigos¹⁰, e, certamente, o motivou para o desenvolvimento de várias ferramentas teóricas.

Assim, encerramos a apresentação das hipóteses internas da ANL, que constituem o seu corpo principal a partir dos quais os conceitos que operacionalizam a análise semântica foram formulados.

Reflexões finais

A partir da explanação realizada nas páginas precedentes, é possível afirmar que a hipótese externa da Teoria da Argumentação na Língua, qual seja, “a maneira pela qual os enunciados [frases] são interpretadas nas situações particulares em que são empregadas” (DUCROT, 1987a, p. 52, grifo do autor) fundamentada em teóricos com Saussure (1975), Platão (1969), Benveniste (1989, 2005) e Austin (1962), encontra-se contemplada na elaboração das hipóteses internas. A relação entre as HI e HE é de inerência, uma vez que as HI devem sempre estar de acordo com as HE. Aquelas, ao contrário dessas, podem sofrer alterações: as mudanças nas HIs realizadas durante o percurso teórico de Ducrot (1980, 1990, 2008) e seus colaboradores, retratadas nas

⁸ Original: «Le mot, conçu comme entité linguistique abstraite, ne collabore au sens de l'énoncé que d'une façon indirecte: il commence par se combiner aux autres mots pour constituer la signification de la phrase, et c'est celle-ci qui, vu la situation de discours, produit le sens de l'énoncé.» (DUCROT, 1980, p. 09).

⁹ A totalidade de hipóteses internas é apontada em Ducrot (1980, p. 21).

¹⁰ Ducrot e Vogt (1979) e Ducrot (1976) retomado em **L'Argumentation dans la langue**, em colaboração com Jean-Claude Anscombe (1983) e em **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos** por Marion Carel (2005).

diferentes fases pelas quais a teoria foi formulada e reformulada (alteração do conceito de polifonia, exclusão da noção de topos e criação de conceitos na Teoria dos Blocos Semânticos), em nada comprometem o funcionamento do mecanismo criado, ao contrário, os ajustes realizados foram feitos com a intenção de manterem-se cada vez mais fiéis à causa que abraçaram.

Assim, a atribuição de um valor semântico às frases da língua constitui-se não uma hipótese externa, pois ela não tem origem na observação, mas diz respeito ao processo realizado pelo mecanismo M' que teve como trabalho produzir uma explicação baseada em uma linguagem artificial para o fato F tomado no início da observação. A atribuição de um valor semântico às frases da língua é a revelação do mecanismo de produção dos fatos que subjaz a todo o processo, por isso é artificial e por isso é teórico, metalinguístico.

Se é o ponto de vista que cria o objeto, conforme afirma Saussure (1975), estaremos sempre presos à criação de um objeto, a sua pré-definição em relação à realidade, ao dado. Disso decorre a originalidade no dizer de Saussure (1975), quando afirma que a língua é forma e não substância, já que esta não pode ser dada aprioristicamente.

LEBLER, C.; SANTORUM, K. The theory of argumentation in language and the explanation of the sense of speech. *Alfa*, São Paulo, v.64, 2020.

- *ABSTRACT: The studies on Semantics as a discipline have their mark in the publication, by Michel Bréal, article Les lois intellectuelles du langage: fragmente de sémantique, in 1883. Since then, many theorists have elaborated their research to develop a semantics whose approaches explore different facets of the meaning of language. One of these surveys is the Semantic Linguistics, or Argumentative Semantics, whose principle that guides are that the argument, or sense, is entered in the language. Faced with this scenario, this paper aims to present a panorama on the foundations of The Theory of Argumentation in Language, developed by Oswald Ducrot and collaborators, and discuss its main concepts and its epistemological basis. For this, we revisited the main works of the semanticist in order to offer a rereading on the concepts defended by the author, as well as to develop the conception of language from which the TAL investigates the meaning. Thus, this article is characterized as a bibliographical review and is presented as an introduction to the Theory of Argumentation in Language.*
- *KEYWORDS: Semantics. Argumentation in Language. Epistemology.*

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Gredos, 1994.

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. **L'Argumentation dans la langue**. Bruxelas: Mardaga, 1983.

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**. São Paulo: Pontes, 1992.
- CAREL, M.; DUCROT, O. **La semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.
- DALL’CORTIVO-LEBLER, C. A teoria da argumentação na língua e sua relação com Platão, Saussure e Benveniste: breve discussão epistemológica. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v.16, n.2, p. 331-364, 2014.
- DUCROT, O. Présentation de la théorie des blocs sémantiques. **Verbum: Revue de Linguistique**, Nancy, v.38, n. 1-2, p. 53-65, 2016.
- DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.
- DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n.1, p. 7-18, jan./mar. 2008.
- DUCROT, O. Sentido y argumentación. In: ARNOUX, E. N.; NEGRONI, M. M. **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires: Eudeba, 2004. p.359-370.
- DUCROT, O. L’interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire. In: DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**: principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1998. p. 307-323.
- DUCROT, O. Nota sobre a pressuposição e o sentido literal (posfácio). In: HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992. p. 203-238.
- DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Feriva, 1990.
- DUCROT, O. A descrição semântica em linguística. In: DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987a. p. 45-62.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987b. p. 161-218.
- DUCROT, O. Analyse de textes et linguistique de l’énonciation. In: DUCROT, O. *et al.* **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980. p. 07-56.
- DUCROT, O. Mais occupe-toi d’Amelie. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [S.l.], n. 6, p. 47-62, 1976.

DUCROT, O.; VOGT, C. De magis a mais: une hypothèse sémantique. **Revue de Linguistique Romane**, Lyon/Strasbourg, tomo 43, p.171-172, 1979.

FERRAREZI JR., C.; BASSO, R. **Semântica, semânticas**. São Paulo: Contexto, 2013.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2006.

MOURA, H. M. de M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **DELTA**, São Paulo, v.14, n.1, p.169-183, fev. 1998.

PLATÃO. **Sophiste, politique, philèbe, timée, critias**. Édition établie par Émile Chambry. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Séchehaye. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SEARLE, J. R. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SEARLE, J. R. **Speech acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

TAMBA, I. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.

Recebido em 10 de junho de 2018

Aprovado em 03 de abril de 2019